

Reflexões sobre a experiência do jornalismo no contexto do jogo de linguagem

Maria Betânia do S. MOURA*

Resumo

Este artigo aproxima a discussão de Apel sobre a noção de “jogo de linguagem”, proposta por Wittgenstein, em *Investigações Filosóficas*, e o campo do jornalismo. Sugere que o jornal impresso define suas perspectivas enunciativas e valida seu discurso a partir de hábitos e rituais que dizem respeito, entre outras coisas, ao contexto do “jogo de linguagem”.

Palavras-Chaves: Apel. Wittgenstein. Jornalismo. Jogo de linguagem.

Abstract

This article seeks to promote dialogue between some philosophical matters and the journalistic field, starting from studies on language and truth, especially those initiated by Karl Otto Apel on the thought of Ludwig Wittgenstein concerning the notion of “language-game” proposed on his “Philosophical Investigations”.

Keywords: Apel. Wittgenstein. Journalism. Language play.

Introdução

O jornalismo constrói aparência de verdade para seus relatos e valida seu discurso como verdadeiro a partir de gestos que pertencem ao contexto do “jogo de linguagem”. Suas estratégias de faticidade se relacionam diretamente com esse jogo, o qual remete a processos de socialização mais amplos, que têm continuidade nas instituições a que se referem. Tais noções estão vinculadas à “experiência” de compartilhamento de valores associados à atribuição de sentidos à realidade social pelos sujeitos nesse tipo de ato comunicativo.

Essa correlação é o ponto de partida para este artigo cuja pretensão é promover diálogo entre o campo filosófico e o campo do jornalismo. O que será feito a partir, especialmente, da aproximação dos estudos sobre linguagem e verdade iniciados por Karl Otto Apel, sobre o pensamento de Ludwig Wittgenstein, em *Investigações Filosóficas*, e o campo do jornalismo.

O artigo busca refletir sobre o modo de ser da modalidade jornalística propiciada pelo “impresso” por meio da identificação de aspectos correlatos à sua alteridade¹ discursiva face aos fenômenos do mundo que o atravessam e o rodeiam. O objetivo é sugerir a importância dos hábitos e dos rituais na definição de condutas e de

* Doutoranda do PPG-COM da UFMG, com período sanduíche na Universidad Complutense de Madrid.



encadeamentos narrativos que ancoram os sentidos experimentados por meio do jornal impresso, os quais dizem respeito, entre outras coisas, ao que Wittgenstein designou “jogo de linguagem”. Trata aspectos do fazer jornalístico por um viés que reconhece a influência do jogo de linguagem na definição das perspectivas enunciativas que o jornal adota em seu discurso.

O jogo de linguagem e a construção do “verdadeiro” no jornalismo

O jogo de linguagem proposto por Wittgenstein em *Investigações Filosóficas* representa um contraponto ao critério de sentido da linguagem de base empirista-semântica dos registros fatuais de orientação lógico-metafísica (APEL, 2000a). De acordo com Apel, em sua filosofia lingüístico-analítica, Wittgenstein caminha na direção de um “uso pragmaticamente sensato”, que se fundamentou pela concepção de “jogo de linguagem”, o qual determina que o uso dos signos pelas pessoas decide sobre seu sentido. Nessa perspectiva, “não apenas o significado dos signos torna-se dependente da regras de sua aplicação, mas também o sentido das regras de aplicação parece depender, a todo instante, das convenções quanto à sua aplicação” (APEL, 2000b, p.278). Sobre isso, Apel afirma:

além de não haver quaisquer entidades platônicas que possam, como átomos lógicos, fundamentar o significado dos signos, também as próprias regras de uso introduzidas pelo ser humano não podem ser pensadas como partes elementares de um sistema, hipostasiáveis, independentemente de seu uso (APEL, 2000b, p.278).

As regras de construção do “verdadeiro” no jornalismo, como um projeto sempre aberto e em constante mutação, são um fazer humano de caráter estético², associado de fato à experiência, na medida em que o espírito humano nele se encontra. O jornalismo, ao buscar o “verdadeiro”, cria a aparência de organização no mundo por meio da repetição de gestos de interpretação. De acordo com Gérard Fourez, explica-se algo quando é possível associar coerentemente uma nova representação de um fenômeno a outras representações desse mesmo fenômeno; quando se restabelece “uma coerência nas diversas representações que se tem do mundo” (FOUREZ, 1995, p.256).

Por esse viés, é apropriado tentar compreender de que modo o jornalismo constrói – na estruturação de sua linguagem em relação à exterioridade que o constitui, envolve e elucida – explicações para os fenômenos que narra. Por isso, é importante investigar o jornalismo tendo em conta o leitor projetado pelo jornal, compreendido não como o leitor empírico, mas como leitor-modelo³, inscrito no texto jornalístico. Esse leitor – instância de linguagem – corresponde a marcas de alteridade que permeiam a noção de “verdade” construída pelo gesto discursivo do jornal como um todo. Isso porque a coerência nasce do pacto estabelecido entre enunciador e destinatários, que sinaliza um lugar à alteridade jornalística, a qual se alimenta da alteridade do leitor. Isso porque o sentido não está nem lá nem cá, mas na experiência, ou seja, na leitura, que valida ou contesta os sentidos apontados pelo jornal.

Assim como em outras formas de saber, a identificação de marcas discursivas de alteridade pode clarear a discussão sobre o modo de ser do jornalismo. Fala-se de



alteridade de uma instituição cuja ação pressupõe contratos tácitos, já sedimentados, para a concretização de seu jogo lingüístico. Assim, o jornalismo, cujo discurso é construído e validado por múltiplos discursos circulantes na sociedade, só pode ser compreendido caso se reconheça de que forma suas posições enunciativas se constituem no jogo lingüístico que se estabelece em sua esfera de ação, no sentido do que vem à presença como “fato” nas páginas do jornal.

No jornalismo, a diversidade de interesses que acompanha o seu processo de produção interfere sobremaneira na determinação do que é verdadeiro. Nesse contexto, a noção de faticidade, implicada na apreensão do mundo pela linguagem, é relevante, porque se trata de uma atividade cujas práticas rotineiras dependem, necessariamente, das experiências de apropriação lingüística dos acontecimentos de importância social.

Para Apel, é impossível uma ordenação ontológica da linguagem e do mundo a partir de um terceiro local, externo à linguagem. Segundo ele, o paradoxo da aplicação cognitiva, ou seja, da interpretação semântica de linguagens ordenadas de maneira lógico-formal, conduziu ao discernimento de que uma ordem efetiva do mundo, a interpretabilidade contedística de uma linguagem pelo indivíduo em situação vivencial não é, de maneira alguma, algo evidente (APEL, 2000a). Decorre daí a importância das abordagens filosóficas sobre a linguagem de Wittgenstein, ao questionarem o sentido do ser, em oposição à metafísica tradicional.

Para Apel, Wittgenstein, com o “jogo de linguagem” tenta evitar as sugestões imaginativas de toda a ontológica tradicional, com o intuito de levar o que está encoberto e esquecido em esquematizações e idealizações enrijecidas a mostrar-se (APEL, 2000a). Nessa perspectiva, todo agir voltado à compreensão do sentido faz parte de um jogo de linguagem, o qual se apropria de determinadas maneiras de usar a linguagem, de comportar-se na prática e de entender o mundo. No caso do jornalismo, embora cada jornal seja um sistema único e tenha, portanto, uma racionalidade interna, que determina sua alteridade, trata-se de problematizar a experiência como processo que implica a aquisição de hábitos, ou seja, de desobjetivar a experiência, “em certa medida”. Tratando-a não como decurso, mas sim, a partir da totalidade implícita na experimentação das coisas do mundo. Em outras palavras, trata-se de pensar o jornalismo numa perspectiva holística. Para Wittgenstein,

Não é possível a um único homem ter seguido uma regra uma única vez. Não é possível uma única comunicação ter sido feita, uma única ordem ter sido dada ou entendida uma única vez, etc. – Seguir uma regra, fazer uma comunicação, dar uma ordem, jogar uma partida de xadrez, são hábitos (usos, instituições). Compreender uma frase significa compreender uma língua. Compreender uma língua significa dominar uma técnica (WITTGENSTEIN, 2005, p.113, § 199).

O que foi exposto nos faz pensar sobre a busca incessante de adequação, a tensão entre o jogo lingüístico do jornal, cuja conduta “autopoiética”⁴ está vinculada às tipificações próprias do sistema jornalístico, e o jogo de linguagem típico das estruturas sociais, que se configuram via tipificações dos fenômenos do mundo. Nesse campo gravitacional, as regras que determinam o jogo de linguagem do jornalismo mantêm relação de complementaridade e de confronto com as



regras do jogo de linguagem das instituições sociais, e reproduzem, de algum modo, os conflitos experimentados pelos atores sociais na apreensão dos fenômenos do mundo.

O jornalismo, investido de poder de uso da linguagem, por princípio, tenta o tempo todo, buscar uma espécie de diálogo racional com as demais instituições sociais, a fim de não se auto-invalidar como conhecimento e de não gerar a impressão de que se restringiu, arbitrariamente, às suas próprias experimentações do mundo. Contudo, parece que, ao lidar com as coisas do mundo, por meio de experiências engendradoras de normatividades técnicas, o jornalismo se distancia da possibilidade de “desvelamento do real”, o que não se pode dizer ser uma arbitrariedade no sentido estrito do termo, mas o seu modo de ser.

Em outras palavras, na perspectiva jornalística, a linguagem ao se submeter ao modo técnico de produção – organizar-se de modo a ter o controle de todo o processo produtivo – parece criar uma lacuna entre suas formulações narrativas, suas proposições e a linguagem que diz o *ser* social, com o qual está comprometida, como instituição responsável por narrar os acontecimentos de interesse da sociedade. Contudo, de acordo com Apel, a verdade dos fatos, tomada em si mesma, é como que desprovida de um destino, já que ela nada descobre e nada acoberta, pois corresponde à distância sempre possível entre o pensamento excêntrico e as coisas existentes no mundo (APEL, 2000b, p.159).

Para Apel,

A pura verdade dos fatos, [...] na qual durante muito tempo acreditou-se estar o único conceito complementar necessário ao corretismo lógico [...] é, na verdade, apenas o corrigir-se ou co-reger-se do juízo reflexivo-lógico, segundo a presença ou ausência de um objeto do pensamento que se teve em mente; ou seja, ela é apenas “afirmação” ou “negação” (APEL, 2000b, p.158).

Com Apel, afirmamos que, no jornalismo, sempre que um problema puder ser apreendido como uma questão sobre o corretismo lógico ou a verdade dos fatos, será possível negociá-lo por meio de ajuizamento ou de “explicações” baseado no seu modo de ser, portanto, na sua maneira de observar o mundo. O problema cognitivo-crítico do jornalismo, ou de qualquer verdade lingüística, não reside no que há de lógico, nem no que há de empírico, mas sim no direcionamento da hermenêutica do *ser-no-mundo*⁵, à medida que essa mesma hermenêutica parte do ponto de vista da história para entender (APEL, 2000b).

Segundo Apel,

não se trata de esclarecer “erros”, mas sim de aguçar o olhar em direção a acobertamentos fixados pelo destino. Esses acobertamentos, a propósito, estão relacionados de maneira essencialmente necessária à descoberta original do mundo, já que o ser humano forçosamente destaca um aspecto do ser e obscurece tantos outros [...] (APEL, 2000b, p.160).

No jornalismo, tais “acobertamentos” podem ser compreendidos como uma das faces de seu funcionamento sistêmico – submetido à exigüidade do tempo de produção,



à rotina da organização do trabalho, aos imperativos técnicos (no sentido comum do termo) e econômicos, além dos interesses inerentes à sua circulação social –, onde entram em jogo os interesses de diversos grupos “comprometidos” em sua produção (MOURA, 2006, p.34).

Sobre essas questões da relação entre linguagem e verdade, onde localizamos também a relação entre jornalismo e verdade, o Wittgenstein, de *Investigações Filosóficas*, deixa claro que não se pode garantir a verificação do discurso simplesmente por meio de sua relação com “as coisas” (APEL, 2000a, p.184).

Decorre daí, a importância de se manter nos estudos do jornal impresso a atenção voltada à materialidade textual, sem perder de vista sua relação com a exterioridade que a circunda e a atravessa por meio dos objetos sobre os quais fala, com a qual mantém vínculo dialético. Reconhecer sua tridimensionalidade – dos signos entre si, dos signos com os fenômenos do mundo e desses com o ambiente sócio-histórico – favorece a discussão sobre os fenômenos jornalísticos. O que, por sua vez, ajuda a compreender em que medida (ou como) a narrativa jornalística “põe em cena” textos como “potências de encarnação de sentido” (APEL, 2000a, p.189).

O que é bastante complexo, já que o que temos ao alcance das mãos, no jornal impresso, é tão-somente, o que ele nos pode indicar daquilo que em algum momento foi desvelado enquanto *ser*. Heidegger evidencia, na interpretação da poesia de Hölderlin e no artigo “A origem da obra de arte”, que [o desvelamento] do mundo, como acontecimento de verdade, não se consoma na linguagem instrumentalista do cotidiano e da laboração técnico-científico [ou mesmo na laboração jornalística], que tornam as coisas disponíveis como utensílios que estejam à mão (APEL, 2000a, p.320).

Por outro lado, afirma Apel:

[...] podem ser muito problemáticas as delimitações estabelecidas entre linguagem da disponibilização técnico-científica, de um lado, e a “fundação verbal do ser”, de outro; às vezes, a fórmula matemática é mais capaz de proporcionar [o desvelamento] da verdade (...) e até mesmo o fulgor de sua beleza do que o esforço profissional de “pensadores” e “artistas” (APEL, 2000a, p.320).

Acreditamos que a identificação do que se está chamando alteridade no jornalismo possibilite compreender melhor o funcionamento do jornal e, por sua vez, nos forneça elementos para melhor entender como o jornalismo possibilita a “abertura de mundo”. O que requer o reconhecimento de que o produto jornal potencializa o sentido por meio de jogos de relações enunciativas que configuram o discurso que enuncia. Sobredeterminado por um modo de ser técnico e pelo jogo de linguagem que o “conduz”, o jornal “perde”, nesse sentido, o comando, habitualmente atribuído a ele, sobre o processo de narrativização do mundo construído em suas páginas enquanto potências de encarnação de sentido.



Relações entre jogo de linguagem, análise de discurso e jornalismo

Tanto Apel quanto Wittgenstein e Heidegger propõem reflexões instigantes, que incorporadas a estudos do jornalismo, podem propiciar uma discussão relevante sobre o jogo de linguagem do jornal e sua alteridade discursiva. No entanto, há que se considerar que a linguagem jornalística procede sempre pelo uso de “efeitos de sentido”, os quais são construções discursivas decorrentes das relações estabelecidas na estruturação da “forma” jornal, que resulta em/de uma *forma-ato*, já que o texto jornalístico emerge no *ato* de leitura, que corresponde à emergência de uma *forma* (discurso), resultante da somatória da “forma do conteúdo” e da “forma da expressão”.

Um fator que torna eficazes instrumentos teórico-metodológicos oriundos da análise do discurso, com enfoque semiótico-textual, corresponde ao fato de que essa vertente reconhece a importância da *experiência*. Ou seja, reconhece que o processo de significação nesse tipo de prática comunicativa não se dá num plano “a priori”; mas nas fissuras mesmas, nas dobras, nos pontos de fuga, nos lugares e nos não-lugares, nos entre - lugares, que indicam a precedência ontológica do mundo da experiência em si – o mesmo mundo que o jornalismo tenta diariamente significar, o qual, em certa medida, lhe escapa pelas mesmas malhas estabelecidas por sua eficiente rede de produzir informação.

Propomos que para compreender o jogo de linguagem que constitui o jornalismo, devemos buscar as relações semânticas no nível lexical e no das proposições que dão sentido ao produto jornal, sem perder de vista a “materialidade” que aciona o sentido e valida o jornalismo como forma de conhecimento. Porque na narrativa jornalística, a estruturação da informação gera o estabelecimento de relações complexas entre imagens, palavras, proposições e mundo referido. Sugerimos que tais elementos indicam, de algum modo, com que jogo de linguagem o jornal se identifica e que permitem examinar aspectos tecnológicos, agregados às relações intertextuais, interdiscursivas e interlocutivas, que abrem à interpretação e estimulam os sentidos.

Nessa perspectiva, os sentidos, propiciados por enquadramentos apreensíveis nas matérias jornalísticas, dizem respeito ao modo como são apresentados seus objetos textuais, conformadores do discurso que resulta dos direcionamentos de sentido propiciados pelas estratégias típicas da racionalidade jornalística. Racionalidade que diz respeito a rotinas e rituais produtivos, a constrangimentos associados, entre outras coisas, aos valores noticiosos e profissionais, bem como à burocratização resultante de tudo isso. Correspondem a práticas sistematizadas em função de atender à necessidade incessante de produção nos moldes empresariais, e que têm uma importância especial devido à natureza política do que produzem. Práticas que dizem respeito, inclusive, ao jogo lingüístico que condiciona (e é condicionado *per*) o uso da linguagem no jornalismo, uma instituição subordinada às convenções sociais que a governam.

Pressupomos que a validação do conhecimento jornalístico depende de um contrato entre destinador e destinatário e seus sentidos emergem por meio da apreensão das regras de textualização e do jogo de linguagem aí implicados, que resultam em uma *forma-ato*. O que diz respeito à “forma” resultante da configuração da totalidade enunciativa composta pelos vários textos, aparentemente distintos em relação à função de informar, como a notícia factual, artigo de opinião, títulos em geral, legendas, fotografias, charges etc. Elementos que aludem à “teia de faticidade”⁶ que se constitui a



partir da articulação dos múltiplos textos e das relações de significação presentes no jornal.

O interesse é pelo “produto” jornal a partir de um pano de fundo que diz respeito a suas condições de produção, a partir da conjuntura e da posição social, política, institucional do enunciador jornalístico. Já que tais aspectos condicionam a adoção das estratégias textuais do jornal, que fazem emergir a notícia e proporcionam os meios para compreendê-la como “reflexo” das relações intersubjetivas “reais”, sejam elas deformadas ou mesmo invertidas no plano discursivo (LANDOWSKI, 1992, p.168).

Importa distinguir a unidade “formal” oferecida ao leitor como coerência, como identidade, que corresponde ao sujeito semiótico “jornal”. Ao construir o mundo como objeto, o periódico constrói a si mesmo como sujeito – um sujeito que será considerado tanto produtor como produto do discurso que enuncia (LOZANO, 2002). O objetivo é refletir sobre os aspectos conceituais da notícia, a partir de uma mirada que não isole o texto verbal para apontar o que ela é, mas sim, pense-a a partir do jornal como um conjunto intertextual, inscrito no jogo de linguagem que orienta sua significação no ambiente social a que pertence.

Nessa perspectiva, o jornal, articulado em seus nexos, faz emergir as notícias, e constitui-se para o leitor como um conjunto de performances. Trata-se de pensar o jornal como “materialidade” que estimula relações de sentido. Tal materialidade vem à tona por meio das relações estabelecidas entre os vários elementos textuais do jornal que se articulam solidariamente para fazer emergir a teia de faticidade que garante a legitimidade do jornal como sistema produtor de conhecimento. Um conhecer que ocorre através do reconhecimento do “lugar de fala” e na atualização “do dizer” do jornal na cadeia narrativa que ele mesmo instaura.

Nesse contexto, podemos falar em “projetos de fala” em um campo articulado e regulado pelo “contrato comunicacional”⁷ estabelecido entre interlocutores. Trata-se de um conjunto de textos, marcados pela intertextualidade interna do jornal, passíveis de atualização ou não, por parte dos leitores, no processo de leitura. Porque o sentido “último”, atribuído ao jornal, depende do reconhecimento de suas funções. Portanto, é na experiência de reconhecimento da identidade do jornal que o leitor se afirma solidariamente como “co-autor”, já que está delineado como um feixe de estratégias argumentativas inscritas no dispositivo⁸ jornal.

Por meio de noções da análise de discurso, em uma perspectiva da semiótica, é possível abordar questões concernentes às estratégias narrativas, relações entre “realidade” e “feito de realidade”, entre outros aspectos. O objetivo é compreender mecanismos de agenciamento do sentido e estratégias persuasivas implicadas na produção do discurso enunciado pelo jornal, por meio da notícia, e dos fatores sócio-históricos que o ocasiona.

É um convite ao encaminhamento da discussão sobre o jornalismo numa direção distinta daquelas preocupadas com relações entre representação e realidade; notícia e verdade; objetividade e parcialidade, e outros dualismos correntes. Porque tais cisões reduzem aspectos problemáticos em torno da apreensão dos fenômenos sobre os quais o jornal fala. Em outras palavras, a notícia e seus sentidos mantêm vínculo dialético com o processo de interlocução social que determina as escolhas das estratégias e que resulta na constituição da teia de faticidade – e os usos que se faz do jornal.



Nessa perspectiva, o discurso jornalístico é reconhecido por seu valor de verdade, que tem relação direta com a “forma” que planeia intertextualmente e todos os elementos verbo-visuais a serem interligados na constituição do todo-jornal. Um *todo* cujo reconhecimento se dá por meio da repetição de gestos de leitura que propiciam a aceitação do jogo proposto pelo jornal na cadeia narrativa que instaura em suas edições diárias. Em outros termos, o sentido propiciado pelos elementos verbo-visuais na narrativa jornalística decorre do reconhecimento de uma espécie de arranjo semiótico maior, condicionado pelo jogo de linguagem que diz das relações complexas entre modos de apropriação lingüística da realidade, regras de produção jornalísticas e contingências sócio-históricas específicas.

Nesse contexto, com as palavras de Gonzalo Abril, afirmamos que “as imagens visuais não só ‘dão a ver’ algo: constroem também as formas específicas de visibilidade e os modos legítimos do “tornar visível” em uma época ou sociedade determinada.” (ABRIL, 2005, p.158). Para Abril, “ao fazer ver de uma determinada maneira, as imagens não só divulgam os objetos representados, promovem, também, as regras que regem a representação (...)” (ABRIL, 2005, p. 158). Daí, sugerimos que tais regras que regem a representação, na prática jornalística, por exemplo, correspondem a gestos interpretativos inscritos no contexto do jogo de linguagem. Gestos, condutas e regras que se refletem *ad infinitum* no jogo de linguagem inscrito na grande trama narrativa que diz o *ser social*.

Nesse sentido, associadas aos elementos visuais em geral, as escolhas lexicais são vitais para a compreensão do jogo de linguagem no jornalismo. Entre tais escolhas aparecem rotineiramente os pressupostos e os subentendidos, que somados às marcas indicativas da busca de apagamento (ou afirmação) da presença da instância enunciativa na narrativa jornalística, resultam em direcionamentos interpretativos (discursivos) relevantes.

A *pressuposição*, no contexto do jornalismo, corresponde a “idéias não expressas de maneira explícita, mas que o leitor pode perceber a partir de certas palavras ou expressões contidas nas matérias do jornal”. Vale lembrar que, se *explícita*, a informação jornalística pode ser questionada, se *pressuposta*, deve ser verdadeira, porque é a partir dela que se constrói o conhecimento explícito (FIORIN & SAVIOLI, 1991, p.244).

Também importante para o estudo do jornal como sujeito semiótico são as relações *metonímicas* e *parafrásticas*, freqüentemente tomadas como neutras. No jornalismo, ambas as categorias resultam de escolhas determinadas. Além disso, os “nexos” que estabelecem não se esgotam em suas relações lógicas. Do contexto e das especificidades do jornalismo dependerão os sentidos a serem atribuídos às proposições parafrásticas e expressões metonímicas contidas no jornal. Sobre tais categorias vale destacar que elas são estratégias da ordem do jogo de linguagem, e que resultam *da/na* cristalização de valores em torno dos objetos sobre os quais fala o jornal.

Por esse viés, a noção de significado de uma expressão abarca dois conceitos fundamentais: o de *sentido* e o de *referência*. Para que o estudo proposto seja validado, a *referência* de expressões, tomada como entidade (ou entidades) em contexto textual maior, bem como sua relação com objetos e/ou indivíduos que elas apontam no mundo, deve ser problematizada. Importa pensar as proposições jornalísticas, não a partir de sua referência como valor de verdade, mas, sim, buscar entender que jogo de relações é

estabelecido na interação com a “materialidade” jornal, conformadora do saber jornalístico.

Também a noção de *ambigüidade*, comum no jornalismo, parece ser uma categoria eficaz para o esclarecimento de estratégias de faticidade e de modos de interpretar apreensíveis na análise do jornal. De acordo com Gennaro Chierchia, “a estrutura do português é muito rica em *ambigüidades*, o que a torna um instrumento pouco eficaz para construir de modo mecânico argumentos válidos” (2003, p.61). Entre os tipos de ambigüidade há a *ambigüidade lexical*, em que algumas palavras têm mais de um significado, fenômeno conhecido também como polissemia. Outra é a *ambigüidade sintática*, a qual tem a ver com o fato de que há várias maneiras de substituir uma mesma sentença em sintagma (CHIERCHIA, 2003, p.63).

Alguns elementos textuais do jornal são distinguidos por certa arbitrariedade percebida por meio de marcas de *contradição* (MÜLLER & VIOTTI, 2004), as quais, dependendo do modo como aparecem, podem se revelar um artifício importante que se atrela ao movimento articulador do jogo de linguagem que conduz a narrativa do jornal. Tal noção, pensada como categoria de análise, diz respeito a expressões com sentidos incompatíveis com a situação contida no corpo textual. Tão comuns na narrativa jornalística, as informações contraditórias “não resistem” à interpretação. E é a própria existência da *contradição*, instituída no jogo de linguagem, que sugere um sentido metafórico ou irônico para as sentenças, que indicam uma posição enunciativa do sujeito semiótico jornal.

Insistimos que as *estratégias* de faticidade típicas dos textos jornalísticos, identificáveis, por exemplo, através das categorias acima indicadas, são de fundamental importância para compreender as regularidades enunciativas que remetem às marcas de alteridade do discurso jornalístico. Ou seja, a identificação de marcas das estratégias de faticidade no produto “jornal”, por meio da análise de discurso, na perspectiva semiótica textual, pode revelar-se uma ferramenta valiosa nos estudos voltados para a compreensão dos hábitos instaurados dentro dos sistemas de produção jornalísticos. Dado que traz à tona esclarecimentos imprescindíveis para identificar, por meio da repetição e da diferença, o jogo de linguagem que permeia a construção dos sentidos experimentados pelos sujeitos envolvidos nesse tipo de ato comunicativo.

Conclusão

Ressaltamos que por mais que postule objetividade, cartesianismo, o jornal preserva seu viés histórico-individual. E que a aproximação entre “jogo de linguagem” e “jornal como sujeito semiótico” não é arbitrária, na medida em que fica claro que as “estratégias de faticidade” correspondem, em grande medida, a “modos de interpretar” cuja significação “torna-se dependente da regras de sua aplicação, mas também o sentido das regras de aplicação parece depender, a todo instante, das convenções quanto à sua aplicação” (APEL, 2000b, p.278).

Nesse sentido, o jornalismo corresponde a acordos tácitos com as várias instâncias sociais e com os indivíduos, e um vir à presença *revelador*, fruto da “experiência” mesma. Suas relações expressam uma determinada “abertura de mundo” e indicam o estágio sócio-histórico dos acordos, ou seja, das regras de comportamento de uma dada sociedade lingüisticamente representada.



Notas

¹ A “alteridade discursiva”, no âmbito do jornalismo, é tratada neste artigo como horizonte de possibilidades de encontrar no sujeito semiótico “jornal” marcas textuais que apontem na narrativa jornalística a “presença” dos sujeitos que interagem, o jornal e o leitor, bem como demais marcas de faticidade, oriundas das relações estabelecidas no processo de validação da fala do jornal.

¹ *Estético* tomado como a maneira pela qual o espírito se encontra em sua obra. Diz respeito à sensibilidade, ao imaginário e à criação, elementos reveladores do que há de humano nas expressões humanas (JIMENEZ, 1999, P.388).

² Cf. Umberto Eco (1986).

³ Autopoietico é utilizado no sentido que propõe Niklas Luhmann. Com base no construtivismo operacional, os meios de comunicação produzem conhecimento por meio de quadros de referência de outros sistemas, a partir dos quais realiza suas operações cognitivas e forma um sistema que se reproduz *ad infinitum* (por meio do código binário informação/ não-informação) (LUHMANN, 2005, p. 30).

⁴ Ser-no-mundo é o que Heidegger denomina “Dasein”. Noção que não se encaixa na definição de sujeito ou subjetividade, nem na idéia de manipulação, e indica, de sua parte, uma postura de serenidade que colabora para o desvelamento do *ser*. “Se o homem compreende o mundo no interior da situação, é porque ele próprio está situado na compreensão do Ser e, por isso, constituído ‘Dasein’: ‘Há ser no seu próprio ser’. O Ser não é um objeto captado pela inteligência, mas horizonte que precede esta e leva para além dela mesma” (RESWEBER, 1979, p. 98).

⁵ Teia de facticidade, para Gaye Tuchman (1978), corresponde à mobilização de fatos e fontes, com vistas a oferecer aos relatos aparência factual, neste artigo ganha uma nova dimensão, pois resulta não apenas da referida mobilização, mas também da articulação de todos os elementos que compõem o jornal impresso e assegura o reconhecimento da validade factual de suas notícias.

⁶ O termo “contrato comunicacional” é empregado pelos analistas do discurso para designar o que faz com que o ato de comunicação seja reconhecido como “válido” do ponto de vista do sentido. Isto é, é a condição para os parceiros de um ato de linguagem se compreenderem minimamente e poderem interagir, co-construindo o sentido, que é a meta essencial de qualquer ato de comunicação (Charaudeau & Maingueneau, 2004, p.130).

⁷ Utiliza-se a expressão “dispositivo” na acepção de Maurice Mouillaud. Tanto o jornal como as notícias podem ser vistos como dispositivos. O dispositivo jornal contém dispositivos que lhe são subordinados (o sistema de títulos, por exemplo). Os dispositivos correspondem a lugares materiais ou imateriais nos quais se inscrevem os textos. Têm uma forma que é sua especificidade (um modo de estruturação do espaço e do tempo). Pertencem a lugares institucionais. O dispositivo e o lugar são indissociáveis do sentido no qual se atualizam um pelo outro etc. (MOUILLAUD, 2002, p.31-35).

Referências

- ABRIL, Gonzalo. *Teoría general de la información: datos, relatos y ritos*. Madrid: Cátedra, 2005.
- APEL, Karl Otto. *Transformação da filosofia I: filosofia analítica, semiótica e hermenêutica*. São Paulo: Loyola, 2000a.
- _____. *Transformação da filosofia II: o a priori da comunidade de comunicação*. São Paulo: Loyola, 2000b.
- CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHIERCHIA, Genaro. *Semântica*. Campinas: Ed. Unicamp; Londrina: EDUEL, 2003.
- ECO, Umberto. *Lector in fabula*. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- FIORIN, J. L. & SAVIOLI, F. P. *Para entender o texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 1991.
- FOUREZ, Gerard. *A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências*. São Paulo: Unesp, 1995.



- HEIDEGGER, Martin. *A questão da técnica*. Cadernos de Tradução. Departamento de Filosofia da USP, 1997.
- HEIDEGGER, Martin. *A caminho da linguagem*. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: São Francisco, 2003.
- HINTIKKA, Jaakko; HINTIKKA, Merrill B. *Uma investigação sobre Wittgenstein*. Campinas: Papirus, 1994.
- JIMENEZ, Marc. *O que é estética*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1999.
- KURY, Adriano Gama. *Dicionário Gama Kury da língua portuguesa*. São Paulo: FTD, 2002.
- LANDOWSKI, Eric. *A sociedade refletida: ensaios de sociosemiótica*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Educ/Pontes, 1992.
- LUHMANN, Niklas. *A realidade dos meios de comunicação*. São Paulo: Paulus, 2005.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes: Ed. da Unicamp, 1997.
- MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Trad. Sérgio Grossi Porto. Brasília: Ed. UnB, 2002.
- MOURA, Maria Betânia. *Os nós da teia: desatando estratégias de faticidade jornalística*. São Paulo: Annablume, 2006.
- MÜLLER, Ana Lúcia de P.; VIOTTI, Evani de Carvalho. Semântica formal. In: FIORIN, J. L. (org.) et. al. *Introdução à lingüística II: princípios de análise*. São Paulo: Contexto, 2004.
- LOZANO, Jorge; PEÑA-MARIN, Cristina & ABRIL, Gonzalo. *Análise do discurso: por uma semiótica da interação textual*. Trad. Gustavo Laranja e Denise Radanovic Vieira. São Paulo: Litera Mundi, 2002.
- PIETROFORTE, Antônio V. S.; LOPES, Ivã Carlos. A semântica lexical. In: FIORIN, J. L. (Org.) et. al. *Introdução à lingüística II: princípios de análise*. São Paulo: Contexto, 2004.
- RESWEBER, Jean-Paul. *O pensamento de Martin Heidegger*. Coimbra: Almedina, 1979.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logicos-Philosophicus*. São Paulo: Edusp, 1994.
- _____. *Investigações Filosóficas*. Petrópolis: Vozes, 2005.